

JORNAL DA TARDE
18 ABR 1987

O ESTADO DE S. PAULO — Sábado, 18-4-87

Uma Constituição com menos ingerência do Estado na economia, pede o comércio.

Representantes do comércio de todo o País entregam até início do próximo mês, ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um documento propondo a redução da interferência do Estado no setor privado. Os empresários do comércio irão elaborar o documento entre os dias 26 e 28 deste mês, durante o IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, no Centro de Convenções, em Brasília.

Segundo o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindeber Aziz Coury, não se pretende fazer nenhuma manifestação de protesto contra as autoridades. "O que pretendemos é indicar, através do livre debate, os caminhos mais viáveis para acabar com essa situação quase calamitosa em que se encontra a iniciativa privada no Brasil."

Na sua opinião, o Brasil é um dos países onde os reflexos negativos do governo se fazem presentes no setor privado. De acordo com Aziz Coury, o que se verifica em todo o mundo é que o sucesso das micro, pequenas, médias e grandes empresas se dá pela capacidade exclusiva e única de criatividade dos próprios empresários, "sem qualquer tipo de ingerência do governo ou sobre o governo".

No IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, os empresários do setor irão discutir também o documento elaborado pelo presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal, intitulado "Projeto Social para o Brasil". O documento faz basicamente uma defesa intransigente de uma economia de mercado que funcione livremente, sem a presença do Estado.

Um encontro nacional, em defesa do consumidor.

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, receberá na próxima terça-feira um documento com as principais reivindicações dos consumidores de todo o País para inserção na futura Carta constitucional. A entrega será feita pelo secretário-executivo do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), Luís Amaral, durante a abertura do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor da América Latina e Caribe, no Centro de Convenções de Brasília.

Estarão presentes à abertura do simpósio o ministro da Justiça, Paulo Brossard (presidente do CNDC), o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, o senador Mário Covas (líder da Maioria na Constituinte) e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que fará a palestra "O Estado e a Defesa do Consumidor", além de outros parlamentares. A mesa do 8º Encontro será presidida pelo ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, e o conferencista será José Vargas, representante da Organização Internacional de União dos Consumidores (Iocu).

O simpósio irá até o dia 24, ao final do qual serão apresentadas as conclusões dos grupos de trabalho para a elaboração da Carta de Brasília sobre os direitos do consumidor. "O Consumidor na Constituinte" será o primeiro Painel, no dia 22. A mesa será presidida pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, e o conferencista será o deputado José Serra. À tarde haverá o debate sobre "A atuação conjunta do Ministério Público com as entidades de defesa do consumidor", painel presidido por Paulo Fontini e que terá como conferencista Edson Vidal.

O deputado Ralph Biasi presidirá a mesa do primeiro painel da quinta-feira, dia 23, "Normatização e controle da qualidade de bens e produtos", cujo conferencista será Luís Carlos Borges da Silveira. No último dia do 8º Encontro, 24, será realizado o Painel apresentado pelo representante da Iocu, cuja presença no simpósio é considerada importante uma vez que brasileiros disputam com mexicanos, venezuelanos e uruguaios o direito de sediar a instalação da sede latino-americana e caribenha do órgão consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU).